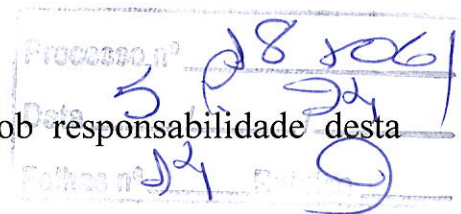


hospitales, colocando em risco os cidadãos, sob responsabilidade desta administração.



A exigência de CBPDA sempre foi um instrumento de segurança sanitária. O certificado é garantia de qualidade dos produtos e dos procedimentos de produção. Não exigir a CBPDA põe em risco pacientes e profissionais de saúde, uma vez que ficarão sujeitos a produtos e equipamentos não inspecionados e fiscalizados pela Anvisa.

Assim, há que ser modificado no edital com relação à presente matéria, passando a exigir sua apresentação.

2) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - certificado de responsabilidade técnica do profissional responsável pela empresa, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia – CRF.

Tratando-se de aquisição de medicamentos, insumos destinados ao diagnóstico, equipamentos e materiais médico-hospitalares, a exigência de qualificação técnica assume maior importância, uma vez que a qualidade do objeto contratado pela Administração Pública está relacionada à proteção da saúde da população.

O Ministério da Saúde editou a Portaria nº 2.814/1998, que estabelece os procedimentos a serem observados pelas empresas produtoras, importadoras, distribuidoras e do comércio farmacêutico, objetivando a comprovação da identidade e qualidade dos produtos por eles comercializados.

Assim a exigência do farmacêutico como cumprimento da qualificação técnica exigida nas licitações possui relevância em razão do seu relacionamento direto com a proteção à saúde da população.

A Administração deve sempre preservar seus interesses quando exigir, no Edital, a apresentação de garantias.

Deve sempre lembrar que a finalidade do processo licitatório, dentre outras, é dirigida à seleção da proposta mais vantajosa à Administração e ao interesse coletivo.

Desse modo, a municipalidade afirma que a redação do Edital está harmonizada com essa realidade da legislação.

Assim, há que ser modificado no edital com relação à presente matéria, passando a exigir sua apresentação.

3) – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS DOS PRODUTOS LICITADOS.

Tal fato causou estranheza e perplexidade na hora requerente, pois embora inexistir dispositivo na legislação vigente que regule a exigência de amostras do objeto a ser contratado, sua constante utilização tornou-se parte do sistema licitatório de compras governamentais, visando a garantia e qualidade do produto adquirido, diminuindo a possibilidade de prejuízo à administração e, principalmente à população quanto a possíveis desvios e má utilização dos recursos públicos.

A exigência de amostras, bem como o procedimento para sua apresentação e verificação, tornou-se uma realidade administrativa introduzida jurisprudencialmente em nosso ordenamento jurídico. Tal praxe decorre da crescente diminuição da qualidade dos produtos ofertados pelos licitantes, com alta recorrência de

problemas com o fornecimento de bens e suprimentos, até mesmo, inservíveis, atrelado ainda à desvio de finalidade e de recursos públicos.

Apesar de ser uma prática corriqueira seguida pela Administração, gerou questionamento a respeito de sua legalidade.

Essa foi totalmente superada embora a Lei de Licitações não traga expressamente a previsão legal, tem-se admitido a exigência de apresentação de amostras pelos licitantes com fundamento nos incisos IV e V do art. 43 da lei de licitações², que dispõem que a Administração deverá verificar a conformidade de cada proposta com os requisitos do edital, bem como somente poderá classificar propostas que estiverem de acordo com os critérios de avaliação previstos no ato convocatório.

Dessa forma, pode, em face da inexistência de um procedimento previsto pela legislação licitatória o edital no momento de apresentação, a forma de análise, bem como o destino final da amostra.

O Edital irá prever o momento para entrega da amostra sendo pacífico tanto na doutrina quanto na jurisprudência que elas não poderão ser exigidas para fins habilitatórios, uma vez que não podem ser consideradas documentos de habilitação (arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93), razão pela qual o mais adequado é que sejam exigidas para fins classificatórios.

Nesse sentido leciona Marçal Justen Filho³:

"Não se admitem exigência de natureza não documental. Não poderá, por exemplo, ser prevista a apresentação de amostras de produtos para exames na fase de habilitação. Porém, essas exigências podem ocorrer para

² Lei 8666 de 21/06/1993 - Lei de Licitações Art. 43 Incisos IV e V

³ *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 12ª ed., São Paulo, Dialética, 2008, p. 378

propostas, mesmo em licitação de menor preço."

Processo nº	18.106
Data	30/12/2014
Assinatura	[Assinatura]

Corroborando esse entendimento temos as lições de Marcelo Palavéri⁴:

"Com efeito, as amostras nada têm a ver com a fase de habilitação, de modo que não estão elas vinculadas, não podendo permitir, no caso de inadequadas, a inabilitação dos licitantes. Amostras dizem respeito ao objeto da disputa, portanto vinculadas à proposta comercial, devendo ser analisada como parte integrante desta".

Conclui-se, dessa forma, que constatando o Poder Público a necessidade de apresentação de amostras, todo o seu procedimento deverá constar no ato convocatório, podendo a Administração pautar-se nos momentos de apresentação e análise.

A Administração deve sempre preservar seus interesses quando exigir, no Edital, a apresentação de garantias ao bom êxito do procedimento licitatório, deve sempre lembrar que a finalidade de todo o processo, dentre outras, é dirigida à seleção da proposta mais vantajosa à Administração e ao interesse coletivo.

É por isso que a requerente afirma que suprimir das amostras, itens que possam fragilizar o controle e até mesmo as garantias à administração pública na gestão de seus recursos perante a sociedade é ato danoso ao objetivo maior de toda licitação.

Desse modo, a impugnante requer que a redação do Edital seja harmonizada com essa realidade da legislação, de modo que não venha fragilizá-la, por decisão exclusiva do pregoeiro, sendo assim modificado

⁴ *Licitações Públicas. Comentários e notas às súmulas e à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 1ª ed., Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2009, p. 303 e 304*

[Assinatura]

para exigir a apresentação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após ser declarada vencedora, sob pena de desclassificação, amostra dos itens arrematados, conforme descritivo do Termo de Referência do presente edital.

Processo nº	3.818.006
Data	28/08/2018
Assinatura	[Assinatura]

4) - PREÇO DE REFERÊNCIA TEMERÁRIO

Conforme salientamos, todos os participantes de qualquer processo licitatório devem seguir normas estipuladas em lei, visando a seleção da proposta mais vantajosa respeitando os princípios gerais, visando garantir assim, principalmente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes.

Neste íterim, é necessário pontuar que compete a Administração buscar a melhor proposta, desde que seja compatível com a realidade do mercado e não apresente possíveis danos a administração.

Parece-nos óbvio que uma proposta com valor superestimado em comparação ao praticado no mercado, não é em hipótese alguma, em um primeiro momento a que melhor represente ao interesse público, torna-se ineficaz e impraticável, por gerar prejuízos e danos irreparáveis à administração e seus administrados, uma vez que prejudicará a aquisição pela administração. Assim, a melhor proposta deve ser aquela que guarde consonância com os requisitos impostos pela Administração como necessários à sua elaboração.

A estimativa de preços apresentada pelo órgão deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera algum lucro.

[Assinatura]

Processo nº 218106
Data 29/09/2019
Assinatura [assinatura]

Ocorre que no caso concreto, tal estimativa de preços é impraticável, uma vez que está superestimado.

A título de demonstração do possível sobrepreço estimados pela Administração junto ao processo licitatório de alguns itens a serem adquiridos, elaboramos uma pesquisa no mercado, referente a um item que nos chamou a atenção a ser licitado, o valor do preço estimado no processo licitatório e o fornecido por um de nossos fornecedores

Abaixo segue comparativo, onde fica demonstrado a superestimativa do preços de referência, quando comparados com o praticado no mercado, demonstrando assim, o prejuízo e danos ao erário:

Assim, o valor estimado para a aquisição por parte da Administração aos itens a serem licitados, aqui supracitados, **apresentam indícios de superfaturamento**, pois são bem superiores aos praticados e adquiridos hoje no mercado, conforme demonstram e comprovam o Banco de Preços em Saúde, gerando prejuízos e enriquecimento ilícito em cima da administração.

Desta forma, realizando uma análise da pesquisa de preços apresentada no edital torna-se claro que foram utilizados como preço de referência valores superestimados, provavelmente de outros contratos com órgãos públicos e bases desatualizadas, e ainda, sem considerar a real situação do país.

Portanto, a ilegalidade da estimada pesquisa de preços constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno

direito e seus frutos sem efeito, tornando-o não abjudicável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições.

Processo nº	18106
Data	3/10/2018
Folha nº	90
Publica	

A própria lei de licitações prevê a necessidade de aferição de preços exequíveis durante o processo licitatório⁵.

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexecuíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

A administração deve se assegurar de que as

⁵ Lei 8666/93, Art. 43 IV; Art. 48, Incisos I e II

PROCESSO Nº 018.006
Data: 3/12/2011
Rubrica: [assinatura]

propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato. Logo, sendo um valor superestimado e em clara desconformidade com os preços atualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável.


Nesse sentido nos ensina o Professor Marçal Justen Filho⁶:

“Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder.”

O Lucro em seu negócio é o objetivo de todo e qualquer empresário, estando intrínseca na atividade empresarial, os valores por eles praticados além de cobrir seus custos de produção, fornecedores, insumos, deve garantir a sobrevivência do negócio, não obstante, não pode a Administração superdimensionar estes lucros, pois assim estaria agindo em prejuízo da coletividade e do erário público. Da mesma forma que a Administração Pública avalia a exequibilidade das propostas ofertadas pelos licitantes, esta, exercendo sua faculdade em instituir preços máximos (conforme inciso X do artigo 40 da Lei 8.666/93), não pode fixar tais preços

⁶ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393

máximos em claro prejuízo à própria administração.

Processo nº	18.106
Data	31/8/20
Folha nº	22
Rubrica	

Fato é, os preços máximos estimados por item no presente edital e aqui enumerados, são impraticáveis por estarem superestimados e gerarem prejuízos a toda municipalidade, motivo pelo qual requeremos revisão dos valores de referência estimados.

Assim, há que ser modificado no edital com relação à presente matéria, passando a exigir sua apresentação.

5) - DA PROPOSTA DE PREÇOS

Para uma maior garantia ao procedimento licitatório, visando não só a transparência, como também a eficácia e segurança na apresentação das propostas, a proposta de preços deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, devendo ser assinada por seu representante legal e/ou administrador, u ainda por pessoa com poderes específico para tal, devendo constar a sua função/cargo e os documentos hábeis e legais de assunção de seus poderes.

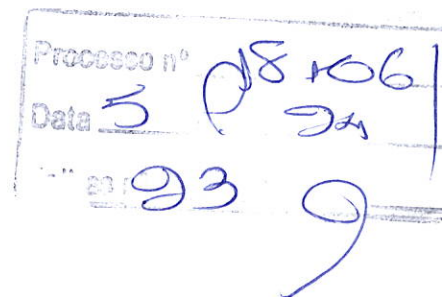
Na apresentação das propostas, a empresa deverá apresentar cópia da publicação no Diário Oficial do certificado de registro dos produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, dentro de sua respectiva validade.

Por fim, para garantia de entrega dos produtos licitados, em prol do bem estar de toda população, a empresa licitante deverá apresentar declaração em papel timbrado da mesma, assinada pelo seu responsável, com



poderes para tanto, com firma reconhecida por autenticidade, garantindo a entrega do objeto em 07 (sete) dias corridos, após emissão da nota de empenho ou autorização de fornecimento, em caso de contratação, sob pena de sofrer as punições sanções previstas na legislação em vigor, em especial as previstas na Lei nº 8.666/93.

Assim, há que ser modificado no edital com relação à presente matéria, passando a exigir sua apresentação.



III – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer se digne V.Sa. a receber, processar e deliberar sobre a presente **IMPUGNAÇÃO** para que seja acolhida com a consequente alteração do Edital de Licitação, em especial:

- 1 - Que a presente impugnação seja conhecida por ser tempestiva e provida em seus fundamentos;
- 2 – Seja o certame suspenso;
- 3 - Em seu item 10 – DA HABILITAÇÃO - determinando a inclusão de exigência do Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição, o certificado de responsabilidade técnica do profissional responsável pela empresa, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia – CRF;
- 4 - Seja revisado os valores máximos estimados por item aqui demonstrados, posto que são superestimados, de forma que sejam

A large, stylized handwritten signature or mark, similar to the one in the stamp area, located at the bottom right of the page.

estipulados novos valores compatíveis com a prática do mercado e venham assim evitar prejuízos à administração e enriquecimentos ilícitos.

Junto ao Edital para Pregão Eletrônico nº 070/2024 —, em conformidade com o aqui descrito e na legislação hoje vigente.

Termos em que,

P. deferimento.

NOVA FRIBURGO, 05 de JULHO de 2024.

Processo nº	18.106
Data	3/7/24
Folha nº	24
Assinatura	[Assinatura]


RAPOSO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ:375854010001-60

RAPOSO DISTRIBUIDORA DE
MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.585.401/0001-80
Marco Antonio Raposo Junior
RG 247081386 DETRAN RJ CPF 149.524.877-17